

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.810 - PR (2019/0214954-0)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS**  
**FEDERAIS**  
**ADVOGADO : JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS - BA019557**  
**AGRAVADO : EDEMILSON PINTO VIEIRA**  
**ADVOGADO : EDEMILSON PINTO VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**PR031921**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 579):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PROCEDIMENTO ANULADO EM OUTRO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (1.277.092-2) - DETERMINAÇÃO DE RETORNO AO STATUS QUO ANTE, COM DEVOLUÇÃO DE VALORES LEVANTADOS NOS AUTOS - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, SEM EFEITO SUSPENSIVO (AUTOMÁTICO) - PRETENSÃO DO AGRAVANTE DE SUSPENSÃO DA ORDEM JUDICIAL - INVIABILIDADE - SUSPENSÃO DA ORDEM DE DEVOLUÇÃO DA QUANTIA LEVANTADA QUE SE JUSTIFICA PARA PRESERVAR O DEVEDOR DE SOFRER GRAVAME ENQUANTO O CREDOR NÃO INDICA O QUE DE FATO É DEVIDO - SUSPENSÃO DA ORDEM DE DEVOLUÇÃO ATÉ A APURAÇÃO DO VALOR EFETIVAMENTE DEVIDO QUANDO, SE FOR O CASO, PODERÁ SER DETERMINADA ORDEM DE DEVOLUÇÃO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## *ACASO O VALOR DA DÍVIDA SEJA MENOR DO QUE O JÁ LEVANTADO - RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 281, 282 e 520 do Código de Processo Civil, sustentando a nulidade da decisão que determinou a liberação dos valores bloqueados, uma vez que o processo estava suspenso, especialmente sem a existência de caução idônea.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial sob argumento de que os artigos 281 e 282 do Código de Processo Civil não foram prequestionados, aplicando-se a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça, bem como aplicou a Súmula 283 do STF por ausência de impugnação de fundamento no acórdão ora recorrido, *in verbis*:

*(...) a questão da suspensão foi efetivamente enfrentada na decisão embargada, chegando-se a conclusão de que, ainda que existisse a suspensão anterior, o montante levantado tratava-se de valor incontroverso, desta forma seria ilógico que o credor sofresse os ônus da nulidade da execução sem que o devedor seja disposto a pagar desde logo o valor devido, ou pelo menos indicar que o montante devido é menor do que o que já foi levantado. O mesmo raciocínio pode ser aplicado no que diz respeito a prestação de caução, com base no art. 520 do CPC, vez que não se demonstrou qualquer risco ao devedor, bem como entendeu-se pela licitude do levantamento"*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(fls. 598 - verso).

Entretanto, verifica-se que o agravante não impugnou, o fundamento da decisão de admissibilidade referente à Súmula 283 do STF, não havendo qualquer impugnação suficiente e satisfatória referente a esse ponto, limitando-se a reiterar as razões de interposição do recurso especial.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.**

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada

# *Superior Tribunal de Justiça*

*em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.*

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

**(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)**

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Por fim, cumpre esclarecer que "*não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários*" (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**